



Notas Explicativas do Balanço Orçamentário do Poder Legislativo

Anexo 12 da Lei 4.320/64

Nota 1 – Contexto Operacional: conforme preceitua a Constituição Federal do Brasil em seu Art. 29-A, os dados apresentados compreendem a receita estimada para o Poder Legislativo Municipal advindas de repasses duodecimais do Poder Executivo para garantir a execução orçamentária no exercício de 2021. O detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 e respectivas alterações. Foram também observados os detalhamentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

Nota 2 – Repasses Recebidos: de acordo com o Portaria STN nº 339/2001, os repasses financeiros pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, foram processados por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas foram efetuados em contas contábeis específicas de resultado, que representam as variações passivas e ativas financeiras correspondentes, conforme o seguinte resumo:

Discriminação	Valor Arrecadado até 12/2020
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.095.703,95
CPSSS do Servidor Civil Ativo	570.295,18
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	130.567,30
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	7.654.273,71
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue em dezembro	344.445,14
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue em julho	345.179,50
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	22.429,66
Cota-Parte do ICMS	4.170.596,79
Cota-Parte do IPVA	502.971,44
Cota-Parte do IPI - Municípios	59.409,94
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	7.439,40
(-) Deduções das receitas acima (exceto CP = 105)	-68.968,10
Total da Receita Efetivamente Realizada no Exercício Anterior - RREA	15.834.343,91
Limite de despesas do Poder Legislativo em 2021 (7% / RREA)	1.108.404,07
Total dos repasses recebidos do Poder Executivo	528.173,53

Nota 3 – Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil de 2021, foram inscritas e escrituradas como Restos a Pagar Processados e Não Processados, em atendimento aos artigos 35, 36 e 92 da Lei nº 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações da Instrução Normativa nº 18/2021, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos da Lei Complementar nº 101/2000.



Notas Explicativas do Balanço Financeiro do Poder Legislativo

Anexo 13 da Lei 4.320/64

Nota 1 – Contexto Operacional: este demonstrativo tem como finalidade evidenciar as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas por fonte/destinação de recursos. Destaca-se ainda, os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os saldos que se transferem para o início do exercício seguinte.

Nota 2 – Das Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas: conforme explicado na nota 1 do Balanço Orçamentário, o Poder Legislativo recebeu a título de Duodécimo no decorrer do exercício financeiro de 2021 o valor de R\$ 528.173,53, e efetuou a devolução do saldo não utilizado ao Poder Executivo, na data de 29 de dezembro de 2021, o valor de R\$ 48.869,01.

Nota 3 – Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários: os itens desses grupos correspondem aos ingressos e dispêndios que, na forma do parágrafo único do art. 3º a art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64 se referem a operações que não transitam pelo orçamento, bem como a contrapartida das inscrições (ingressos) e pagamentos (dispêndios) de restos a pagar processados e não processados. O quadro a seguir mostra a movimentação ocorrida no exercício financeiro de 2021, relativo aos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados:

Título / Subtítulo	Ingressos	Dispêndios
2.1.8.8.1.01.00 - Consignações	72.176,61	71.077,70
Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	72.176,61	71.077,70

Nota 4 – Despesas Orçamentárias: são apresentados os valores empenhados no ano de 2021.



Notas Explicativas do Balanço Patrimonial do Poder Legislativo

Anexo 14 da Lei 4.320/64

Nota 1 – Contexto Operacional: o Balanço Patrimonial evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial ao final do exercício, e esse é a principal demonstração contábil de um órgão em função da dimensão e da natureza dos valores envolvidos nos seus bens, direitos e obrigações.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Nota 3 – Caixa e Equivalente de Caixa: no caso do Poder Legislativo compreende o somatório dos valores disponíveis em bancos. Em 2021, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 23.078,60. Na comparação com o exercício anterior verifica-se um decréscimo de mais de 36%.

Nota 4 – VPD Pagas Antecipadamente: os saldos apresentados são relativos aos pagamentos de Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. Está evidenciado o valor de seguros a apropriar relativo ao veículo oficial do Poder Legislativo.

Nota 5 – Imobilizado – Bens Móveis: para fins dos registros do ativo imobilizado, informa-se que de acordo com a NBC TSP 07 e disposições específicas da Parte II do MCASP, o Poder Legislativo adota como política contábil de mensuração dos seus ativos, o método do custo. Foi iniciado o procedimento de reconhecimento da depreciação dos bens móveis na contabilidade a partir de 2017. Cumpre destacar que, para fins de controle patrimonial dos bens móveis e imóveis de propriedade da Câmara Municipal de Vereadores, a unidade gestora decidiu recepcionar as normas estabelecidas pelo Poder Executivo nos termos do Decreto nº 39/2012. Em 2021 os Bens Móveis totalizaram o valor de R\$ 150.245,10, representando 100% do total do ativo imobilizado. No confronto com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de R\$ 28.563,00. A tabela a seguir demonstra a composição dos bens móveis:

Título / Subtítulo	Saldo	
	Ex. Atual	Ex. Anterior
1.2.3.1.1.01 - Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	4.140,82	17.917,32
1.2.3.1.1.02 - Bens de Informática	18.996,31	19.063,31
1.2.3.1.1.03 - Móveis e Utensílios	39.952,17	23.467,47
1.2.3.1.1.04 - Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	31.165,80	324,00
1.2.3.1.1.05 - Veículos	55.990,00	55.990,00
1.2.3.1.1.99 - Demais Bens Móveis	0,00	4.920,00
1.2.3.8.1.01 - (-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	-91.037,93	-73.833,99
Total de Bens Móveis	59.207,17	47.848,11

Nota 6 – Imobilizado – Bens Imóveis: não há bens imóveis registrados de propriedade do Poder Legislativo Municipal.

Nota 7 – Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referentes a encargos sociais a pagar. No curto prazo foram classificados os valores exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis.

Nota 8 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto e a Longo Prazo: os valores registrados nesses títulos são decorrentes de obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais do Poder Legislativo. Compreende também obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, e todas as outras contas a pagar, inclusive, os valores inscritos em restos a pagar processados. Os saldos apresentados compreendem os valores empenhados e liquidados e também aqueles que, embora não empenhados, foram reconhecidos pelo regime de competência. Em síntese, verifica-se que os valores registrados a curto prazo totalizaram R\$ 9.827,37, representando um aumento de 158,24% em relação ao ano anterior.

Nota 9 – Demais Obrigações a Curto Prazo e a Longo Prazo: o grupo Demais Obrigações a Curto Prazo sofreu um acréscimo de 26,23% em relação ao exercício anterior e representou, no final do exercício de 2021, 25,77% do passivo circulante. O quadro a seguir demonstra, para efeitos comparativos, a composição das obrigações a curto prazo:

Demais Obrigações a Curto Prazo	Ex. Atual	Ex. Anterior	Demais Obrigações a Longo Prazo	Ex. Atual	Ex. Anterior
2.1.8.8.0.00 - Valores Restituíveis	5.288,27	4.189,36	2.2.8.8.0.00 - Valores Restituíveis	0,00	0,00
Total a Curto Prazo	5.288,27	4.189,36	Total a Longo Prazo	0,00	0,00

Nota 10 – Dívida Flutuante: conforme o art. 92 da Lei Federal nº 4.320/64, os componentes da dívida fluante são aqueles compromissos contraídos por período limitado de tempo (curto prazo), quer na sua condição de valores de terceiros, quer para atender às necessidades de caixa momentâneas, realizadas independentemente de autorização orçamentária, bem como os valores dos restos a pagar. A Dívida Flutuante de 2021 totalizou em R\$ **13.221,06**, correspondendo, na ótica da Lei Federal nº 4.320/64 ao Passivo Financeiro. Na tabela a seguir, pode-se verificar que Dívida Flutuante de 2020 apresentou um acréscimo de R\$ 1.613,39, variando negativamente em 13,90% em relação ao ano anterior. Especificamente em relação aos Restos a Pagar, que compreendem as despesas orçamentárias, empenhadas e não pagas até 31 de Dezembro, distinguindo-se os processados dos não processados, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 e da Instrução Normativa nº 06/2019, do Tribunal de Contas do Estado, informa-se que o estoque de restos a pagar em 31/12/2020 somou R\$ 27.306,46, todos com disponibilidade financeira para a sua cobertura.

Quadro Sintético da Dívida Flutuante do Poder Legislativo - art. 92 da Lei Federal nº 4.320/1964				
Descrição	Saldo do Exercício Anterior	Inscrições no Exercício	Baixas no Exercício	Saldo para o Exercício Seguinte
Restos a Pagar Processados	9.031,70	15.233,64	9.031,70	15.233,64
Restos a Pagar Não Processados	18.274,76	2.545,54	18.274,76	2.545,54
Serviço da Dívida a Pagar				
Consignações				5.288,27
Depósitos de Diversas Origens				
Credores, Entidades e Agentes				
Totais	27.306,46	17.779,18	9.081,68	23.067,45

Nota 11 – Patrimônio Líquido: compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. No caso do Poder Legislativo, esse grupo é composto pelos saldos do resultado do exercício, que foi de R\$ -4.358,73 conforme detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais, os resultados de exercícios anteriores, cujo valor acumulado é de R\$ 67.414,85, bem como o saldo da conta de ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 0,00. Em síntese, tem-se que o Patrimônio Líquido do Poder Legislativo apresentou um decréscimo de 6,47% em relação ao ano de 2020.

Nota 12 – Ajustes de Exercício Anteriores: de acordo com o MCASP, os ajustes de exercícios anteriores são relacionados com registros decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, omissão de registro, ou retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Nesta rubrica não houve lançamentos durante o exercício de 2021.

Nota 13 – Superavit/Deficit Financeiro do Exercício: por se tratar de Poder Legislativo, o valor apresentado como superavit financeiro será descontado da parcela de Duodécimo do exercício seguinte a título de antecipação de Duodécimo, mesmo tratamento dos rendimentos financeiros dos recursos em posse da Câmara Municipal de Vereadores.



Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais do Poder Legislativo

Anexo 15 da Lei 4.320/64

Nota 1 – Contexto Operacional: a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no Patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício. No caso da Câmara Municipal de Vereadores, a VPA registrada como Transferências Intragovernamentais corresponde ao valor do Duodécimo recebido no período de janeiro a dezembro de 2021.

Nota 2 – Comportamento das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas: em atendimento à NBC TSP 11 resume-se no quadro abaixo, o comportamento das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Diminutivas (VPD), conforme a abordagem da sua natureza, cabendo destacar que, no aspecto orçamentário e financeiro, os valores encontram-se relacionados no Balanço Orçamentário e no Balanço Financeiro, respectivamente.

VARIAÇÕES AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES DIMINUTIVAS		
Receitas Orçamentárias	Ex. Atual	Ex. Anterior	Despesas Orçamentárias	Ex. Atual	Ex. Anterior
			Pessoal e Encargos	396.016,72	402.853,30
			Benefícios Previdenciários e Assistenciais	550,00	0,00
			Uso de Bens, Serviços e Consumo	96.761,89	73.480,29
			Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	250,00
			Tributárias	17,00	0,00
			Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	50,00
Deficit da execução orçamentária	493.345,61	476.633,59	Superavit da execução orçamentária		
VPA's Extraorçamentárias	Ex. Atual	Ex. Anterior	VPD's Extraorçamentárias	Ex. Atual	Ex. Anterior
Repasse financeiros recebidos	528.175,58	673.563,06	Repasse financeiros concedidos	49.424,70	200.647,88
Deficit independente da execução orçamentária			Superavit independente da execução orçamentária	478.750,88	472.915,18
Resultado Patrimonial - DEFICIT	4.358,73	3.718,41	Resultado Patrimonial - SUPERAVIT		

Nota 3 – Resultado Patrimonial do Período: a apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) a das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), em contrapartida a uma conta de apuração, de acordo com sua Natureza de Informação Patrimonial. Após a apuração, o resultado negativo de R\$ 4.358,73 foi transferido para as contas 2.3.7.1.X.01.00.00 – Superavit/Deficit do Exercício. Comparativamente ao ano anterior, verifica-se uma variação de 17,22%.



Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa do Poder Legislativo

Anexo 18 da Lei 4.320/64

Nota 1 – Contexto Operacional: A DFC foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos, sem considerar aos pagamentos e recebimentos intraorçamentários. O resultado final corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa e mantém compatibilidade com os valores apresentados no Balanço Financeiro.

Nota 2 – Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: os ingressos compreendem as receitas extraorçamentárias relativas às atividades operacionais e as transferências recebidas. Já os desembolsos compreendem os pagamentos relativos às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, uso de bens, serviços e consumo e as transferências concedidas a título de devolução de Duodécimo. Nesse contexto verifica-se que as atividades operacionais geraram um fluxo negativo de R\$ 5.421,62, contribuindo em 64,41% para a geração líquida de caixa e equivalente de caixa. O detalhamento das receitas originárias e derivadas, das transferências recebidas e concedidas e dos desembolsos de pessoal e demais despesas por função, constam em quadros anexos à DFC, elaborados conforme as orientações do MCASP.

Nota 3 – Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento: não há ingressos oriundos de receitas de capital de alienação de ativos e da amortização de empréstimos e financiamentos concedidos, no Poder Legislativo. Já os desembolsos decorrem do pagamento de despesas de aquisição de ativo não circulante (obras, instalações, equipamentos, material permanente, bens imóveis, títulos de crédito, títulos representativos de capital e constituição ou aumento de capital de empresas), e as concessões de empréstimos e financiamentos. No exercício de 2021, os ingressos e desembolsos das atividades de financiamento geraram um fluxo negativo de R\$ 2.996,00, contribuindo em 35,59% para a geração líquida de caixa.

Nota 4 – Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento: compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida, bem como as receitas obtidas a partir da integralização do capital social de empresas dependentes. Os desembolsos são decorrentes da amortização e refinanciamento da dívida. Nesse fluxo não foram registradas entradas e saídas que caracterizassem atividades de financiamento.

Nota 5 – Outros Ingressos e Outros Desembolsos: os valores apresentados contemplam recebimentos e pagamentos que não transitam pelo orçamento, mas que afetaram o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, como as receitas e despesas extraorçamentárias, ajustes de exercícios anteriores no caixa e equivalente de caixa, perdas involuntárias e rendimentos negativos das aplicações financeiras que excederam ao valor dos rendimentos acumulados no exercício.

RODRIGO PIVOTO
Presidente da Câmara Municipal

PAULO RENATO DE MATOS JR
Contador – CRC/RS 93.835